



Relatório de Gestão e Contas'2013

*A procura da
Sustentabilidade na
praxis da
Hospitalidade*

O ano de 2013 consolida a aposta certa na escolha da proximidade local aos benfeitores como mecanismo de intervenção, divulgação e alargamento da influência da Fundação S. João de Deus. A meta da sustentabilidade institucional continua por alcançar, mas existe já a certeza que o caminho trilhado é consistente e alinhado com a estratégia organizacional e valores da Ordem Hospitaleira de São João de Deus.

Relatório de Gestão e Contas'2013

A procura da Sustentabilidade na praxis da
Hospitalidade

Fundraising – recolher para d(o)ar!

Esta é a actividade central da Fundação e, estatutariamente, a razão primordial da sua existência institucional. A política institucional de entrega integral do valor dos donativos recolhidos – sem retenção de taxas administrativas – a favor dos projectos apoiados é “a nossa marca” mais importante.

Be There! Intervenção Social

As actividades sociais desenvolvidas pela Fundação são cada vez mais um tema muito importante para quem nos apoia. Em 2013 intervimos nas áreas em que a missão institucional nos impele à intervenção: os idosos, as crianças e os menos favorecidos. É uma outra forma da mesma Hospitalidade.

Support Yourself – negócios sociais

Desenvolvemos pequenas actividades económicas estruturadas de suporte às necessidades financeiras da Fundação. No âmbito dos fins estatutários, estas actividades experimentais procuram dar resposta aos custos de estrutura que a política de 0% de retenção de donativos da área de Fundraising não cobre.

Representativity

A notoriedade institucional teve especial crescimento neste ano. Promovemos, participamos e organizamos redes de formação, eventos e iniciativas diversas de sensibilização e partilha de competências e conhecimentos de forma autónoma ou em parceria com outros actores sociais.

...sobre a Sustentabilidade

Uma política de 0% de retenção ao valor doado pelos benfeitores abre para a nossa instituição uma nova perspectiva sobre a discussão da sustentabilidades das organizações do terceiro sector. As actividades podem ser desenvolvidas para garantir essa sustentabilidade sem colocar em causa os fins estatutários, começa a ser objecto de trabalho principalmente nas instâncias comunitárias. Portugal ainda não deu o passo no sentido certo.

A Fundação S. João de Deus

Enquadramento

A Fundação S. João de Deus tem como Missão, e no âmbito dos seus estatutos, promover, coordenar e patrocinar a investigação, a formação, a assistência e a cooperação nas áreas da saúde, da integração social e comunitária, do desenvolvimento humano e do melhoramento da prevenção, assistência e reabilitação dos doentes.

Ainda como Organização Não-Governamental para o Desenvolvimento (ONG-D), a instituição, tem como objectivo a coordenação ou apoio de outras iniciativas – principalmente nos países em vias de desenvolvimento e subdesenvolvidos – tais como ajudas humanitárias de emergência ou de calamidade pública, de reabilitação e de desenvolvimento social e comunitário.

Para além de apoiar projectos internacionais externos, apoia preferencialmente projectos internos e outros provenientes de candidaturas dos hospitais e das casas de saúde (centros assistenciais) do Instituto S. João de Deus.

Equipa

A composição da equipa, que desenvolve trabalho directamente na Fundação, rege-se segundo o princípio da afectação dos recursos financeiros disponíveis. Por isso mesmo, a Fundação ainda não tem ainda quadro de pessoal permanente/residente: antes de alcançada a autonomia financeira e criados os mecanismos para a sustentabilidade funcional, não é – nesta perspectiva - recomendável que se altere esta política. Os restantes colaboradores participam hodiernamente com a Fundação, estão comprometidos por de outros mecanismos:

| | Nº elementos |
|-------------------------------------|--------------|
| Estágios Profissional | 2 |
| Contrato Emprego Inserção | 2 |
| Contrato a termo¹ | 5 |

Este é um dos assuntos que, naturalmente a Fundação deverá ponderar a cada momento segundo os objectivos que for formulando no seu plano de desenvolvimento. No limite – muito embora a construção estruturada da instituição não se compadeça de constantes alterações da equipa – a cada elemento dever-se-á fazer corresponder em orçamento a percentagem de imputação do projecto de financiamento.

¹ A Fundação tem, desde Março de 2013 uma delegação activa à qual está afecta uma (1) colaboradora a tempo inteiro. Os restantes elementos são responsáveis pelos serviços: financeiros/contabilidade (1); comunicação (1); projecto Sementes a Crescer (1); projecto Ferro de Soldar (1);

Representativity

A notoriedade da nossa Identidade

A Fundação S. João de Deus posiciona-se como uma instituição inovadora, em expansão da sua marca (São João de Deus) diversificando as suas áreas de intervenção quer no âmbito social quer na vertente de sustentabilidade económica.

Garante, na sua identidade, o respeito por todos os grupos de trabalho e por isso, tem acolhido nos seus espaços, desde a primeira hora, diversas instituições e iniciativas individuais que tem manifestado profundo respeito institucional pelos valores e matriz funcional da Fundação (e por isso da sua instituidora).

“Acolher em Hospitalidade” tem sido o lema intrínseco a todas as acções a par do slogan da Fundação “pelas pessoas, de alma e coração”.

O reconhecimento local é facilitado pela proximidade entre as pessoas. Esta evidencia foi amplamente reconhecida na cidade da Guarda: Nos centros urbanos é mais difícil fazê-lo, pelo que o estamos a concretizar uma presença regular junto das juntas de freguesia e das paróquias. Comunidades mais pequenas transmitem mais facilmente a informação entre si.

Clipping – presença nos meios de comunicação social nacional –

| | Rádio | Televisão | Imprensa (escrita e online) |
|-------------|--------------------|-----------|-----------------------------|
| 2010 | 0 | 0 | 0 |
| 2013 | 1/(4) ² | 1/(3) | 1/(3) |

² o numero entre parênteses representam o numero de presenças nos respectivos media apenas na cidade da Guarda. A proximidade aos meios de comunicação social locais é total: a Fundação manifesta-se como entidade dinâmica e como “noticia”.

Contas

Demonstrações Financeiras e Anexos

Apresentam-se as demonstrações financeiras e as devidas justificações delas decorrentes. Estas reflectem já a adaptação da contabilidade da Fundação ao novo Normativo SNC-ESNL – Sistema Normalização Contabilística – Entidades do Sector não Lucrativo

Balanço

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

Unidade Monetária: Euros

| Rúbricas | Notas | Exercícios | |
|---|-------|--------------------|--------------------|
| | | 2013 | 2012 |
| Ativo | | | |
| Activo não corrente | | | |
| Activos fixos tangíveis | 5 | 12.990,87 | 17.100,32 |
| Subtotal | | 12.990,87 | 17.100,32 |
| Activo corrente | | | |
| Clientes | 6 | 3.049,81 | 1.200,00 |
| Estado e outros entre públicos | | 0,00 | 306,24 |
| Diferimentos | 7 | 30.663,86 | 30.000,98 |
| Outras contas a receber | | 0,00 | 3.991,60 |
| Outros Activos Financeiros | 8 | 426.238,60 | 426.238,60 |
| Caixa e depósitos bancários | 9 | 145.318,29 | 138.355,90 |
| Subtotal | | 605.270,56 | 600.093,32 |
| Total do Activo | | 618.261,43 | 617.193,64 |
| Fundos Patrimoniais e Passivo | | | |
| Fundos Patrimoniais | | | |
| Fundos | 10 | 100.000,00 | 100.000,00 |
| Resultados Transitados | 10 | -425.197,79 | -427.355,66 |
| Resultado líquido do período | 10 | 3.895,08 | 2.157,87 |
| Total do fundo de capital | | -321.302,71 | -325.197,79 |
| Passivo | | | |
| Passivo não corrente | | | |
| Financiamentos obtidos | 11 | 871.717,86 | 871.717,86 |
| Subtotal | | 871.717,86 | 871.717,86 |
| Passivo corrente | | | |
| Fornecedores | 12 | 3.786,14 | 2.584,15 |
| Estado e outros entre públicos | 13 | 4.829,89 | 4.428,35 |
| Diferimentos | 14 | 55.730,17 | 59.033,67 |
| Outras contas a pagar | 15 | 3.500,08 | 4.627,40 |
| Subtotal | | 67.846,28 | 70.673,57 |
| Total do passivo | | 939.564,14 | 942.391,43 |
| Total dos fundos patrimoniais e do passivo | | 618.261,43 | 617.193,64 |

Demonstração de resultados por naturezas

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013
Euros

Unidade Monetária:

| Rendimentos e Ganhos | Notas | Períodos | |
|--|-------|------------------|-------------------|
| | | 2013 | 2012 |
| Vendas e serviços prestados | 16 | 32.054,03 | 18.262,10 |
| Subsídios, doações e legados à exploração | 17 | 158.272,69 | 4.568,23 |
| Fornecimentos e serviços externos | 18 | -86.194,31 | -75.469,76 |
| Gastos com pessoal | 19 | -94.156,92 | -61.328,55 |
| Outros rendimentos e ganhos | 20 | 957,67 | 154.926,88 |
| Outros gastos e perdas | 21 | -13.759,77 | -51.852,67 |
| Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos | | -2.826,61 | -10.893,77 |
| Gastos/reversões de depreciações e de amortização | 5 | -4.109,45 | -4.860,52 |
| Resultado Operacional (antes de gastos de financiamento e impostos) | | -6.936,06 | -15.754,29 |
| Juros e rendimentos similares obtidos | 22 | 10.831,14 | 20.467,73 |
| Resultado antes de impostos | | 3.895,08 | 4.713,44 |
| Imposto sobre o rendimento do período | 23 | 0,00 | -2.555,57 |
| Resultado líquido do período | | 3.895,08 | 2.157,87 |

Demonstração Fluxos de Caixa

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013
Monetária: Euros

Unidade

| Rubricas | Notas | Períodos | |
|--|---------|-------------------|-------------------|
| | | 2013 | 2012 |
| Fluxos de caixa das actividades operacionais - método directo | | | |
| Recebimentos de clientes e utentes | | 128.890,63 | 23.262,60 |
| Recebimentos de Subsídios | | 2.455,61 | 4.568,23 |
| Recebimentos de apoios | | 0,00 | 50.663,04 |
| Pagamentos de apoios | | 0,00 | -50.474,63 |
| Pagamentos a fornecedores | | -48.532,82 | -80.184,87 |
| Pagamentos ao pessoal | | -71.523,21 | -41.521,25 |
| Pagamentos de apoios | | -1.394,78 | 0,00 |
| Caixa gerada pelas operações | | 9.895,43 | -93.686,88 |
| Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento | | 1.800,60 | -911,62 |
| Outros recebimentos/pagamentos | | -9.729,24 | -11.137,79 |
| Fluxos de caixa das actividades operacionais (1) | | 1.966,79 | 105.736,29 |
| Fluxos de caixa das actividades de investimento | | | |
| Pagamentos respeitantes a: | | | |
| Activos fixos tangíveis | 5 | 0,00 | -7.745,03 |
| Recebimentos provenientes de: | | | |
| Juros e rendimentos similares | | 4.995,60 | 34.340,25 |
| Fluxos de caixa das actividades de investimento (2) | | | 26.595,22 |
| Fluxos de caixa das actividades de financiamento | | | |
| Recebimentos provenientes de: | | | |
| Pagamentos respeitantes a: | | | |
| Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3) | | 0,00 | 0,00 |
| Varição de caixa e seus equivalentes (1+2+3) | | 6.962,39 | -79.141,07 |
| Caixa e seus equivalentes no inicio do período | 10 e 11 | 564.594,50 | 643.735,57 |
| Caixa e seus equivalentes no fim do período | 10 e 11 | 571.556,89 | 564.594,50 |

Anexo

1. Identificação da entidade

A Fundação São João de Deus, no âmbito dos seus estatutos visa promover, coordenar e patrocinar a investigação, a formação, a assistência e a cooperação nas áreas da saúde, da integração social e comunitária, do desenvolvimento humano e do melhoramento da prevenção, assistência e reabilitação dos doentes.

Ainda como Organização Não-Governamental para o Desenvolvimento (ONG-D), a instituição, tem como objectivo a coordenação ou apoio de outras iniciativas – principalmente nos países em vias de desenvolvimento e subdesenvolvidos – tais como ajudas humanitárias de emergência ou de calamidade pública, de reabilitação e de desenvolvimento social e comunitário.

A Fundação São João de Deus encontra-se sedeadada fiscalmente na Rua S. Tomás de Aquino, Nº 20, 1600-871 Lisboa e com delegações em Lisboa na Av. Júlio Dinis, nº 23 – 1º Esq. 1050-130 Lisboa, na Guarda na Rua Tenente Valadim, nº 1, 6300-507 Guarda. Dispõe de um novo espaço em Vila Nova de Gaia na Rua Marciano Azuaga, nº 102, R/C. A Fundação possui o NIPC 507807987.

A moeda funcional é o Euro.

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

Em 2013 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de Março. No Anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização Contabilística para Entidades do Sector Não Lucrativos é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 105/2011 de 14 de Março;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 106/2011 de 14 de Março;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 6726-B/2011 de 14 de Março.

3. Principais políticas contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1 Bases de apresentação:

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF).

3.1.1 Continuidade

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo que não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as ESNL, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.2 Regime do acréscimo (periodização económica)

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas respectivas contas das rubricas “Devedores e credores por acréscimos” e “Diferimentos” (Nota 7 e 14).

3.1.3 Consistência de apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer ao nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, excepto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante.

3.1.4 Materialidade e agregação

A relevância da informação é afectada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.5 Compensação

Devido à importância dos activos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não deverão ser compensados. A compensação quer na demonstração dos resultados, quer no balanço, excepto quando a mesma reflita a substância da transacção, ou outros acontecimentos, prejudica a capacidade dos utentes em compreender

as transações, outros acontecimentos e condições que tenham ocorrido e de avaliar os futuros fluxos de caixa.

3.1.6 Informação comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando o Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afectadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- a) A natureza da reclassificação;
- b) A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- c) Razão para a reclassificação.

3.2. Políticas de reconhecimento e de mensuração

3.2.1. Activos Fixos Tangíveis

Os “Activos Fixos Tangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos directamente atribuíveis às actividades necessárias para colocar os activos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos activos e de restauração dos respectivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos activos são registadas como gastos no período em que são ocorridos, desde que não sejam susceptíveis de permitir actividades presentes e futuras adicionais.

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizados, pelo método da linha recta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

| Descrição | Vida útil estimada (em anos) |
|-----------|------------------------------|
|-----------|------------------------------|

| | |
|--------------------------------|---|
| Equipamento básico | 4 |
| Ferramentas e utensílios | 8 |
| Equipamento administrativo | 8 |
| Outros Activos Fixos Tangíveis | 5 |

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada activo, assim como o seu respectivo valor residual quando este exista.

As mais ou menos valias provenientes da venda de activos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação.

3.2.2 Activos e Passivos Financeiros

Os activos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Clientes e outras contas a receber

Os “Clientes” e as “Outras contas a receber” encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As “Perdas por Imparidade” são registadas na sequência de eventos ocorridos que apontem de forma objectiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respectivo valor actual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efectiva inicial, que será nula quando se perspectiva um recebimento num prazo inferior a um ano.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Activo Corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como Activos não Correntes.

Caixa e depósitos bancários

A rubrica “Caixa e depósitos bancários” inclui o saldo de caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em “Fornecedores” e “Outras contas a pagar” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.3 Fundos patrimoniais

A rubrica “Fundos” constitui o valor de constituição da Fundação pela Província Portuguesa da Ordem Hospitaleira de São João de Deus.

Os “Fundos Patrimoniais” são compostos por:

- Fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- Fundos acumulados e outros excedentes;
- Subsídios, doações e legados que o Governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

3.2.4 Provisões

Periodicamente, a Entidade analisa eventuais obrigações que advenham de pretéritos acontecimentos e dos quais devam ser objecto de reconhecimento ou de divulgação. Assim, a Entidade reconhece uma Provisão quando tem uma obrigação presente resultante de um evento passado e do qual seja provável que, para a liquidação dessa obrigação, ocorra um exfluxo que seja razoavelmente estimado.

O valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação é o montante que a Entidade reconhece como provisão, tendo em conta os riscos e incertezas intrínsecos à obrigação.

Na data de relato, as Provisões são revistas e ajustadas para que assim possam reflectir melhor a estimativa a essa data.

Por sua vez, os Passivos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, no entanto são divulgados sempre que a possibilidade de existir exfluxo de recursos que incorporem contributos para o desenvolvimento das actividades presentes e futuras da entidade. Tal como os Passivos Contingentes, os Activos Contingentes também não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, ocorrendo a sua divulgação apenas quando for provável a existência de um influxo.

3.2.5 Estado e outros entre públicos

O imposto sobre o rendimento do período corresponde ao imposto a pagar. Este, inclui as tributações autónomas sempre que estas existam.

Nos termos do n.º 1 do art.º 11 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) “os rendimentos directamente derivados do exercício de actividades culturais, recreativas e desportivas”.

Porém, de acordo com o n.º 2 do referido artigo, “só pode beneficiar associações legalmente constituídas para o exercício dessas actividades e desde que se verifiquem cumulativamente as seguintes condições:

a) Em caso algum distribuam resultados e os membros dos seus órgãos sociais não tenham, por si ou interposta pessoa, algum interesse directo ou indirecto nos resultados de exploração das actividades prosseguidas;

b) Disponham de contabilidade ou escrituração que abranja todas as suas actividades e a ponham à disposição dos serviços fiscais, designadamente para comprovação do referido na alínea anterior.”

A Fundação desempenha um conjunto de actividades de prestação de serviços que, no âmbito do seu plano de sustentabilidade, está sujeita à tributação de IRC.

No entanto, os rendimentos “...provenientes de publicidade, direitos respeitantes a qualquer forma de transmissão, bens imóveis, aplicações financeiras e jogo do bingo” não estão isentos de IRC, devido a que, nos termos do n.º 3, não são considerados como rendimentos directamente derivados do exercício da actividade cultural, recreativa e desportiva, sem prejuízo de benefícios fiscais que possam ser aproveitados relativos a estes rendimentos.

Assim, os rendimentos previstos no n.º 3 do art.º 11 encontram-se sujeitos a IRC à taxa de 21,5% sobre a matéria colectável nos termos do n.º 5 do art.º 87. Acresce ao valor da coleta de IRC apurado, a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do CIRC.

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção, de acordo com a legislação em vigor, durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social, até 2000, inclusive, e cinco anos a partir de 2001), excepto quando estejam em curso inspecções, reclamações ou impugnações. Nestes casos, e dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Ou seja, as declarações fiscais da Entidade dos anos de 2009 a 2013 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

4. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

5. Activos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2012 e de 2013, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com os seguintes quadros:

| Rubricas | Valor de aquisição | Saldo a 01/01/2012 | Aquisições/ Doações | Abates/ Transferências | Depreciações do Período | Depreciações Acumuladas | Saldo em 31/12/2012 |
|----------------------------|--------------------|--------------------|---------------------|------------------------|-------------------------|-------------------------|---------------------|
| Equipamento básico | 100.957,94 | 0,00 | 639,01 | | 80,00 | 101.037,94 | 559,01 |
| Ferramentas e utensílios | 69,95 | 27,95 | 90,88 | | 26,00 | 68,00 | 92,83 |
| Equipamento administrativo | 13.073,55 | 8.013,58 | 6.328,72 | | 2.980,52 | 8.040,49 | 11.361,78 |
| Outros Activos Fixos Tan. | 8.867,70 | 6.860,70 | 0,00 | | 1.774,00 | 3.781,00 | 5.086,70 |
| Total | 122.969,14 | 14.902,23 | 7.058,61 | 0,00 | 4.860,52 | 112.927,43 | 17.100,32 |

| Rubricas | Valor de aquisição | Saldo a 01/01/2013 | Aquisições / Doações | Abates/ Transferências | Depreciações do Período | Depreciações Acumuladas | Saldo em 31/12/2013 |
|----------------------------|--------------------|--------------------|----------------------|------------------------|-------------------------|-------------------------|---------------------|
| Equipamento básico | 101.596,95 | 559,01 | | | 80,00 | 101.117,94 | 479,01 |
| Ferramentas e utensílios | 160,83 | 92,83 | | | 25,95 | 93,95 | 66,88 |
| Equipamento administrativo | 19.402,27 | 11.361,78 | | | 2.229,50 | 10.269,99 | 9.132,28 |
| Outros Activos Fixos Tan. | 8.867,70 | 5.086,70 | | | 1.774,00 | 5.555,00 | 3.312,70 |
| Total | 130.027,75 | 17.100,32 | 0,00 | 0,00 | 4.109,45 | 117.036,88 | 12.990,87 |

6. Clientes

O saldo de clientes corresponde a:

| Descrição | 2013 | 2012 |
|---|-----------------|-------------|
| Fundação da Juventude | 1.768,00 | 600,00 |
| Avenida 5 - Sociedade imobiliária | 0,00 | 200,00 |
| Polimatriz | 270,60 | 0,00 |
| Abel Fernandes | 49,20 | 0,00 |
| Farol Luminoso - Tecnologias informáticas | 0,00 | 200,00 |
| APC - Associação Portuguesa de Celíacos | 0,00 | 200,00 |
| Buscatangente | 442,80 | 0,00 |
| Clube de Judo da Guarda | 36,90 | 0,00 |
| Liga Portuguesa de Higiene Mental | 68,88 | 0,00 |
| Fundação Stela e Osvaldo Bonfim | 159,90 | 0,00 |
| Tânia Nunes | 369,00 | 0,00 |
| Appropriate Generation | 123,00 | 0,00 |
| Prespectiva Virtual | 110,70 | 0,00 |
| Associação Espaço Luto | 25,83 | 0,00 |
| Paulo Gonçalves | (375,00) | 0,00 |
| Total | 3.049,81 | 1200 |

Os saldos de Clientes de 2013 serão, na sua generalidade, totalmente regularizados em Janeiro de 2014. Estes correspondiam à facturação de Dezembro excepto os saldos correspondentes à Fundação da Juventude, à Buscatangente e à cliente Tânia Nunes que efectuam pagamentos trimestrais. A Polimatriz regularizará em Março de 2014 o seu saldo devedor. Quanto ao cliente designado, Paulo Gonçalves, adiantou a 30/12/2013 o pagamento dos serviços de Janeiro de 2014.

7. Diferimentos

O valor actual de 30.663,86€ diz respeito a:

- 30.000,98€ Correspondente ao valor dos bens/artigos que estão em armazém para serem oferecidos.

- 660,28€ Correspondente ao valor dos juros dos depósitos a prazo que se irão vencer ao longo do ano 2014. ;

- Uma nota de crédito da Galp Power no valor de 2,60€ de 2012 que não foi regularizada.

8. Outros activos financeiros

A Fundação no final de 2013 tem quatro depósitos a prazo que totalizam o valor de 426.238,60€.

9. Caixa e depósitos bancários

A rubrica de “Caixa e depósitos bancários”, a 31 de Dezembro de 2013 e 2012, encontrava-se com os seguintes saldos:

| Descrição | 2013 | 2012 |
|-------------------|-------------------|-------------------|
| Caixa | 107,82 | 197,03 |
| Depósitos à ordem | 145.210,47 | 138.158,87 |
| Total | 145.318,29 | 138.355,90 |

18. Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos “fornecimentos e serviços externos” nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2013 e 2012 foi a seguinte:

| Rubricas | 2013 | 2012 |
|-------------------------------------|------------------|------------------|
| Serviços Especializados | 50.364,19 | 54.918,62 |
| Materiais | 8.234,19 | 3.287,65 |
| Energia e Fluidos | 7.671,21 | 2.180,15 |
| Deslocações, estradas e transportes | 5.748,03 | 5.998,11 |
| Serviços diversos - Comunicação | 14.176,69 | 9.085,23 |
| Total | 86.194,31 | 75.469,76 |

19. Gastos com pessoal

Os Gastos que a Entidade incorreu com os colaboradores foram os seguintes:

| Descrição | 2013 | 2012 |
|--|------------------|------------------|
| Remunerações ao pessoal | 78.380,53 | 46.386,33 |
| Indemnizações | 0,00 | 2.065,92 |
| Encargos sobre as remunerações | 14.579,72 | 8.814,07 |
| Seguro acidentes no trabalho e doenças profissionais | 1.179,87 | 1.252,29 |
| Outros gastos com pessoal | 16,80 | 796,24 |
| Total | 94.156,92 | 59.314,85 |

A Fundação no ano de 2013 manteve a estrutura de pessoal adoptada em 2012.

O aumento na rubrica de Remunerações com Pessoal deve-se à celebração de contratos a termo com colaboradores que estavam ao abrigo de medidas financiadas pelo IEFP.

20. Outros rendimentos e ganhos

Esta rubrica totaliza com o valor de 957,67€ que correspondem a:

- Descontos de pronto pagamento obtidos (isentos de Iva) no valor de 12,64€;
- Correções relativas a períodos anteriores no valor de 944,13€;
- Outros rendimentos no valor 0,90€.

21. Outros gastos e perdas

A rubrica “Outros gastos e perdas” encontra-se dividida da seguinte forma:

| Rubricas | 2013 | 2012 |
|---|------------------|------------------|
| IVA | - | 19,38 |
| Impostos | 18,03 | - |
| Taxas | 119,04 | 101,40 |
| Multas | - | 17,29 |
| Outros Custos | - | 280,00 |
| Donativos Entregues | 13,347,70 | 51.434,60 |
| Correções relativas a períodos anteriores | 165,00 | - |
| Quotas | 110,00 | - |
| Total | 13.759,77 | 51.852,67 |

22. Resultados Financeiros

Nos períodos de 2013 e 2012 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

| Descrição | 2013 | 2012 |
|--|------------------|------------------|
| Juros e gastos similares suportados | | |
| Juros suportados | - | - |
| Total | - | - |
| Juros e rendimentos similares obtidos | | |
| Juros obtidos | 10.831,14 | 20.467,73 |
| Total | 10.831,14 | 20.467,73 |
| Resultados Financeiros | 10.831,14 | 20.467,73 |

23. Imposto sobre o rendimento (IRC)

Como descrito anteriormente, a Fundação está sujeita a tributação de IRC à taxa de 21,5% nos rendimentos obtidos das prestações de serviços prestados aos clientes presentes no espaço de Cowork, Atrium Hospitalidade e Sala Granada. Com a abertura do novo espaço de Cowork na Delegação da Guarda obtivemos um resultado negativo nesta prestação de serviços, pelo que não se incorre em custo de IRC.

25. Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de Outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

26. Acontecimentos após data de balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2013.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos susceptíveis de modificar a situação relevada nas contas.

As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de Dezembro de 2012 foram aprovadas pela Assembleia Geral da Fundação São João de Deus e Aprovadas pela Assembleia de Curadores.

Lisboa, 20 de Março de 2013